

política

Votação é marcada por longas filas em Porto Alegre

Segundo o TRE-RS, espera prolongada do eleitor era prevista para o pleito



Sofia Paiva

sofiap@jcrs.com.br

O primeiro turno das eleições gerais de 2026 foi marcado por longas filas e espera prolongada em diferentes locais, com eleitores relatando demora de mais de uma hora para votar. Os principais pontos justificados pelo Tribunal Regional Eleitoral

do Rio Grande do Sul (TRE-RS) para as filas foram o grande número de cargos que necessitam de votação e mudanças recentes de zonas e seções eleitorais.

O secretário de Tecnologia da Informação (STI), Daniel Woberto, destaca que as filas eram uma preocupação do TRE-RS desde o início do planejamento para a eleição. “A percepção que nós temos é que as filas, embora grandes, foram menores do que tivemos em 2018, que foi uma eleição de mesmas características. Acreditamos que o es-

forço que fizemos de capacitação dos mesários tem dado resultado, mas o transtorno é esperado”, declarou o secretário.

Rogério Vargas, secretário Judiciário, explicou que, por causa das capacitações dos mesários, a identificação do eleitor foi mais rápida no pleito deste domingo, auxiliando no fluxo de votação. Entretanto, a necessidade de 25 toques na urna para votar leva o eleitor a ficar, no mínimo, um minuto com o equipamento, o que gerou mais filas ao longo do dia.



TÂNIA MEINERZ/JC

Mudanças em zonas e seções eleitorais e número de votos por eleitor contribuíram para transtornos no pleito

Estado registrou 84 ocorrências eleitorais

A Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP-RS) contabilizou, até as 17h do domingo, 84 ocorrências relacionadas às eleições de 2026. Na cidade de São Leopoldo, o porte de uma arma ilegal, originária de furto, resultou na prisão de um eleitor.

No balanço da SSP-RS, os principais registros foram apresentadas de propagandas eleitorais irregulares (28) e boca de urna (22). Na avaliação do secretário da Segurança, Mario Ikeda, o dia de votação foi considerado de tranquilidade comparado a anos anteriores.

Presidente do TSE destaca avanço com o e-título

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, ressaltou o desempenho do e-Título, o funcionamento regular das urnas eletrônicas e as medidas adotadas pela Justiça Eleitoral para garantir o acesso de eleitores às seções de votação em todo o País. Ele fez um balanço sobre o 1º turno realizado neste domingo.

Nunes Marques lembrou que a realização das eleições gerais é resultado de meses de preparação, com ações que envolveram desde a atualização e

a lacração dos sistemas eleitorais até o treinamento de servidores e mesários.

O ministro também fez uma homenagem à antecessora na presidência do Tribunal, ministra Cármen Lúcia, que esteve à frente da Corte durante parte da preparação do pleito. “Quando eu a sucedi, muito já havia sido feito. Teremos, com certeza, uma eleição exitosa, mas esse êxito também precisamos dividir com os servidores da Justiça Eleitoral e com a ministra Cármen Lúcia”, afirmou o presidente do TSE.

Expediente eleições

Editor-chefe: Guilherme Kolling | **Edição:** Paula Coutinho, Fernanda Crancio, Deivison Ávila, Igor Natusch, João Dienstmann, Juliano Tatsch, Mauro Belo Schneider, Patrícia Comunello, Luciane Medeiros, Giovanna Somariva, Isadora Jacoby | **Reportagem:** Agnês Noll, Alessandra Xavier, Amanda Schultz, Ana Gonzalez, Ana Stobbe, Bolívar Cavalier, Cássio Fonseca, Cláudio Isaias, Cláudio Medaglia, Gabriel Margonar, Gustavo Marchant, Jamil Aiquei, Jefferson Klein, Júlia Fernandes, Lívia Araújo, Manina Mugnol, Manuela Cassano, Marcus Meneghetti, Roberto Hunoff, Sofia Paiva | **Diagramação:** Luis Gustavo Van Ondheusden, Ingrid Müller e Juliana Batista | **Fotos e vídeos:** Tânia Meinerz, Fernanda Davoglio, Nathan Lemos, Daniel Moragas, Artur Koch



Repórter Brasília

Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Depois das urnas, a prova de fogo



ANTÔNIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL/JC

O novo Congresso terá de olhar para a indústria e para um Rio Grande do Sul que ainda precisa reconstruir. A eleição terminou, as urnas deram seu recado e começa agora uma etapa decisiva para o futuro econômico do Brasil e, particularmente, do Rio Grande do Sul. Mais importante do que saber quem venceu ou perdeu, será acompanhar o que os eleitos farão com o poder recebido.

Influência sobre orçamento

O novo Congresso terá influência sobre orçamento, legislação, investimentos e políticas públicas. Para o Rio Grande, a responsabilidade chega acompanhada de uma realidade que não permite espera: reconstruir o que foi destruído pelas enchentes, recuperar a capacidade produtiva e criar condições para que a indústria volte a investir.

A indústria acende o alerta

O sinal veio às vésperas da eleição. Pesquisa da Fiergs mostra que a produção industrial gaúcha caiu em agosto para 44,2 pontos, o maior recuo de 2026. O emprego industrial completou 15 meses de retração, e a utilização da capacidade instalada caiu para 69%. Ainda mais preocupante é a disposição para investir. A intenção de investimento recuou para 48,7 pontos em setembro, o menor nível desde julho de 2020. As expectativas para demanda, emprego, compras de matérias-primas e exportações também permanecem abaixo de 50 pontos, revelando cautela entre os empresários.

Há reação, mas é frágil

O cenário não é de paralisia. A Fiergs projeta crescimento de 2,2% para o PIB gaúcho em 2026 e estima em US\$ 16,9 bilhões as exportações da indústria de transformação. No primeiro semestre, as vendas externas industriais cresceram 1,4%, chegando a US\$ 7,8 bilhões. São números que mostram capacidade de reação. Mas existe uma contradição: o Estado produz e exporta enquanto parte do setor produtivo adia investimentos diante dos juros elevados, do crédito restritivo e das incertezas econômicas e internacionais; e é nessa diferença entre potencial e realidade que a política terá de atuar.

A bancada gaúcha será cobrada

A nova bancada federal do RS chega a Brasília diante de uma agenda que ultrapassa a polarização nacional. No Senado, haverá renovação em duas cadeiras. Paulo Paim (PT) e Luis Carlos Heinze (PP) não disputaram a reeleição, enquanto Hamilton Mourão (Republicanos) mantém mandato até 2031. Independentemente de partidos e posições ideológicas, a pergunta será a mesma: qual será a agenda do Rio Grande em Brasília?

A eleição acabou e cobrança começa

O cientista político Lúcio Rennó, da Universidade de Brasília, chama atenção para o crescimento da influência do Legislativo sobre as políticas públicas e o Orçamento. A consequência é clara: acompanhar os mandatos de deputados e senadores será cada vez mais importante. Para o Rio Grande, a cobrança precisa ser objetiva: quais projetos serão defendidos? Que investimentos virão para o Estado? Como a bancada atuará na reconstrução? O que será feito para estimular a indústria, recuperar empregos, ampliar exportações e criar ambiente para novos investimentos?